



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.41.112.A011>

“A violência bate em mim primeiro”: oficinas nas escolas públicas de Fortaleza

“Violence hits me first”: workshops in Fortaleza public schools

Mayara Ruth Nishiyama Soares
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-2668-8822>
mayararnishiyama@gmail.com

Luciana Lobo Miranda
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-7838-8098>

Tadeu Lucas de Lavor Filho
Universidade Estadual do Ceará
<https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>

Larissa Ferreira Nunes
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>

Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-4341-8138>

Agradecemos à Secretaria de Cultura da Universidade Federal do Ceará pela concessão de uma bolsa, que possibilitou a realização do Projeto Artes Insurgentes. Além disso, reafirmamos a nossa gratidão aos artistas, aos coletivos juvenis, aos estudantes e às escolas de ensino médio que nos receberam e acreditaram na potência da contribuição da universidade pública na defesa dos direitos humanos e do bem-estar social para todos.

Resumo

O presente artigo apresenta uma reflexão crítica sobre as violências que atravessam corpos marcados pela identidade de gênero dentro e fora da escola. Nosso objetivo é relatar a experiência de oficinas em escolas públicas de Fortaleza-CE com base na vivência em campo do projeto de pesquisa-extensão *Artes Insurgentes: coletivizando resistências*, durante o ano de 2021. Trabalhamos a partir de uma pesquisa-intervenção (PI) articulada ao referencial ético-teórico-metodológico dos feminismos decoloniais sob uma lente interseccional. Desenvolvemos oficinas formativas em quatro escolas do Grande Bom Jardim (GBJ) com o apoio de coletivos e artistas do território. Nessas oficinas a discussão de gênero foi diretamente atravessada por relatos de violências, que carregam a denúncia das estruturas hegemônicas do patriarcado performado pelo machismo, cisbinariedade, misoginia, sexismo, dentre outras formas de opressão de gênero para além das paredes das escolas. Assim, mediante esses cenários de constantes violações, durante as oficinas formativas, pudemos traçar coletivamente fissuras e aberturas aos devires, às linhas de fuga, que apareceram como um elemento diferencial provocador de rasgos no circuito deseante instituído.

Palavras-chave: Escola; Gênero; Violência; Pesquisa-Intervenção

Abstract

*This article presents a critical reflection on the violence that goes through bodies marked by gender identity in the school context and beyond. Our goal is to report the experience of workshops in public schools in Fortaleza-CE, from the field experience in the year 2021 of the research-extension project *Artes Insurgentes: coletivizando resistências*. We worked from a research-intervention (PI) articulated to the ethical-theoretical-methodological referential of decolonial feminisms under an intersectional lens. We developed formative workshops in four schools in Grande Bom Jardim (GBJ), with the support of collectives and artists from the territory. In these workshops the discussion of gender was directly crossed by reports of violence. This is due to the hegemonic structures of patriarchy performed by cisbinarity, misogyny, sexism, and among other forms of oppression around gender beyond the school walls. Thus, through these scenarios of constant violations, during the formative workshops, we were able to collectively trace fissures and openings to the becoming, to the lines of escape, which appeared as a differential element that causes rips in the established desiring circuit.*

Keywords: School; Gender; Violence; Intervention Research

Resumen

*Este artículo presenta una reflexión crítica sobre la violencia que atraviesa los cuerpos marcados por la identidad de género en el contexto escolar y fuera de él. Nuestro objetivo es relatar la experiencia de los talleres en las escuelas públicas de Fortaleza-CE, a partir de la experiencia de campo en el año 2021 del proyecto de investigación-extensión *Artes Insurgentes: coletivizando resistências*. Trabajamos desde una investigación-intervención (IP) articulada al referencial ético-teórico-metodológico de los feminismos decoloniales bajo una lente interseccional. Desarrollamos talleres formativos en cuatro escuelas del Grande Bom Jardim (GBJ), con el apoyo de colectivos y artistas del territorio. En estos talleres, el debate sobre el género se cruzó directamente con las denuncias de violencia. Esto se debe a las estructuras hegemónicas del patriarcado realizadas por el machismo, la cisbinariedad, la misoginia, el sexismo y otras formas de opresión en torno al género más allá de los muros de las escuelas. Así, a través de estos escenarios de violaciones constantes, durante los talleres formativos, pudimos trazar colectivamente fisuras y aperturas al devenir, a líneas de fuga, que aparecieron como un elemento diferencial que provoca desgarros en el circuito deseante establecido.*

Palabras clave: Escuela; Gênero; Violencia; Pesquisa-Intervención

Introdução e Objetivos

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência do projeto de pesquisa-extensão *Projeto Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências*¹, durante o ano de 2021, focando nas oficinas realizadas em escolas públicas de Fortaleza-CE. O projeto tem como principal intuito potencializar ações de cultura artística de coletivos juvenis do Grande Bom Jardim (GBJ), a fim de fortalecer a memória cultural das invenções e insurgências artísticas de periferias urbanas. Uma das frentes do projeto, denominada *Estéticas e Linguagens Feministas*, será motivadora da discussão deste artigo, uma vez que foi nesse contexto em que pudemos experienciar como as questões de gênero atravessam as vivências de artistas/es/os² juvenis e de estudantes secundaristas. Mais precisamente, optamos por focar aqui em uma categoria de análise: a violência dentro e fora da tessitura escolar que emergiu nas falas de artistas e secundaristas durante as oficinas.

O *Projeto Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências* utilizou como dispositivo de intervenção o aliançamento com o terceiro *Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Formação em Direitos Humanos*³, o qual aconteceu nos meses de abril a setembro de 2021, em formato híbrido, ou seja, tanto virtual quanto presencial. O festival tem como objetivo ampliar e potencializar o debate nas escolas sobre algumas temáticas de interesse das juventudes como: feminismos, enfrentamento ao racismo e a LGBTfobia, saúde mental, cultura de paz, dentre outros, por meio da troca de experiências, construindo conexões e valorizando práticas e produções artísticas desenvolvidas nas escolas e no próprio território. A frente *Estéticas e Linguagens Feministas* surgiu devido a grande demanda das/es/os alunas/es/os por discussões que tematizassem sobre feminismo, corpo da mulher e gênero, assim, essa frente consistiu na realização de oficinas com secundaristas sobre relações de gênero no cotidiano escolar.

¹ O *Projeto Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências*, surge em 2021, vinculado ao curso de graduação e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

² Optamos por utilizar o gênero neutro com a finalidade de romper com os binarismos na linguagem, fazendo sentido também para o *ethos* e a temática trabalhada no relato e sobretudo pelos próprios integrantes de coletivos, professores e alunas.

³ Esse festival é uma ação realizada pelo grupo de artistas e militantes do território Grande Bom Jardim. Em sua terceira edição, ocorreu em formato híbrido por conta da pandemia por Covid-19.

Entramos no território escolar já sabendo que este se caracteriza enquanto uma instituição marcada pelo disciplinamento dos corpos, que através de instrumentos como vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame, historicamente deixam marcas subjetivas para fins de controle social. Ou seja, essa produção de processos normatizadores tem como principal característica a disciplina corporal (Foucault, 1999). Na contemporaneidade, é bem sabido que emergem reatualizações desse poder cohabitadas a novas formas de controle e, também, resistências.

Consideramos o conceito-ferramenta de dispositivo de Foucault (2005), entendido como um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, para pensar o terceiro *Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Formação em Direitos Humanos*, em sua dimensão de produção de enunciados "verdades" que se inscrevem nos corpos, ditando seus limites e possibilidades, tal qual a racialização de pessoas negras e brancas, a inscrição de feminino e masculino, heterossexual e homossexual. As oficinas de *Estéticas e Linguagens Femininas* acabaram por ser um lugar de discussão e produção coletiva acerca da inscrição das relações de gênero no cotidiano escolar.

Também apostamos que as identidades são produzidas por relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade que direcionam, por um lado, o indivíduo à homogeneidade, mas, em contrapartida, também individualizam como meio de medir os desvios, indicar os níveis e fixar as especialidades (Foucault, 2001). Logo, a partir dessas relações são engendrados discursos reguladores e processos de normatização, fazendo com que determinadas corporeidades que não se enquadrem na norma se tornem corpos abjetos (Butler, 2019).

Esse processo de construção de identidades sociais, seja gênero, sexualidade, classe e/ou raça, dá-se por meio da diferenciação e devem ser compreendidas de maneira contextualizada (Butler, 2018). A partir desse lugar de alteridade, o corpo hegemônico é construído pela negação desse corpo abjeto. Assim, em nossa sociedade marcada pela necropolítica, para que algumas vidas sejam passíveis de serem vividas em suas plenitudes, outras devem ser mortificadas (Mbembe, 2018). Para a autora Judith Butler (2019), o abjeto é compreendido como o sujeito que permeia os espaços "não habitáveis" da vida social, são ininteligíveis, desprezíveis e sua existência não é legitimada. Esses

corpos abjetos costumam em suas performances a possibilidade de rearticular subversivamente a norma cis-hétero-branca-binária-colonial-patriarcal e as identidades instituídas ao questionar a matriz cultural de raça, gênero, sexualidade e classe. Dessa forma, as performances corporais expressam formas de resistência e transgressão contra violências operadas pela colonialidade. As formas de atualização da colonialidade incidem nas dimensões do ser, saber, poder e de gênero, como é apontado pela autora Maria Lugones (2008), e é no território corporal, na fisicalidade do ser ou nos processos de subjetivação⁴, que operam essas consequências.

Corroborando com essa análise, destacamos o contexto social de constantes disputas em que o território escolar no Estado do Ceará se encontra. O artigo 3º no parágrafo XV do Plano Estadual de Educação (PEE) do Ceará que “Impede, sob quaisquer pretextos, a utilização de ideologia de gênero na educação estadual” (Plano Estadual de Educação, 2016.). Vale salientar que essa é a única menção a gênero em todo o documento, e é tido como uma ideologia.

O uso do termo ideologia de gênero no PEE traz para a cena enunciativa de posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher. Ideologia é um conceito com diversas definições, uma destas tem o sentido de um meio utilizado pela classe dominante para manter seu domínio sobre as demais classes por meio da imposição de suas ideias. Nessa perspectiva, a ideologia também é vista como uma consciência falsa existente entre quem é dominado e que mascara e inverte a realidade social em que se encontram para os ideais da classe dominante (Marx & Engels, 1997). A noção de ideologia adotada pelo movimento contra a ideologia de gênero se assemelha a essa, em que a classe dominante parte de um pressuposto básico falso e se utiliza do sistema educacional formal e informal para sua propagação, neste caso, segundo a visão dos neoconservadores, a classe dominante seriam os corpos dissidentes de gênero, LGBTQIAP+(Reis & Egertt, 2017). A ideologia de

⁴ Deleuze e Guattari afirmam que o conceito-ferramenta de subjetivação funciona como um processo de produção no qual comparecem e participam múltiplos componentes. Logo, os processos de subjetivação se dão na heterogeneidade de elementos que constituem a tessitura social. Nesse sentido, valores, ideias e sentidos ganham um registro singular, tornando-se matéria prima para expressão dos afetos vividos nesses encontros (Deleuze & Guattari, 1996).

gênero propriamente dita, surgiu como um movimento filiado a grupos religiosos, que acusavam de ser um movimento social permissivo pró-aborto e pró-LGBT que deveria ser combatido em nome da defesa da família e do bem-estar das crianças. Esse termo ganhou maior notoriedade durante o ano de 2018, funcionando como uma estratégia retórica conservadora de crescente importância no ataque aos direitos LGBTQIAP+, às agendas feministas e à investigação que desconstrói pressupostos essencialistas e naturalistas sobre gênero e sexualidade (Garraio & Toldy, 2020).

Levando em consideração essas ponderações, partimos de uma dimensão epistemológica decolonial africana, afrobrasileira, amefricana⁵ e feminista negra do sul⁶, trazendo como sensibilidade analítica, sobretudo a interseccionalidade e os feminismos decoloniais. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade seria uma lente analítica que se preocupa em entender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de opressão, tratando especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios operam interligados. Já os feminismos decoloniais, segundo Lugones (2008; 2014), são a ruptura da colonialidade⁷ de gênero que possibilita heterogêneas respostas epistêmicas contracoloniais e alternativas ao eurocentrismo, às teorias e às perspectivas de gênero conservadoras e hegemônicas. Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis e é na esteira dessa práxis que o presente trabalho se inscreve. Dessa forma, o presente artigo apresenta uma reflexão crítica sobre as violências que atravessam corpos marcados pela identidade de gênero dentro e fora da escola. Nosso objetivo é relatar a experiência de

⁵ Amefricanidade é uma categoria político-cultural conceitualizada por Lélia Gonzalez que busca promover o deslocamento do olhar, alterando o lugar de enunciação das narrativas do centro da Europa para as margens da América, propõe produzir conhecimento “desde dentro as culturas indígenas e africanas” para contrapor interpretações centradas na visão de mundo do pensamento hegemônico (Gonzales, 1988).

⁶ Perspectiva do feminismo negro que se desloca para o sul global como forma de conhecimento, entendendo sul como categoria política, e não geográfica, que evidencia as nações e as comunidades afluentes e privilegiadas do mundo transnacionalizado por oposição àquelas que seriam econômica e politicamente marginalizadas (Matos, 2010).

⁷ Conceito introduzido por Anibal Quijano no final dos anos 1980, entendido como o lado mais escuro da modernidade surgindo a partir das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados. A colonialidade é entendida como uma lógica de distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental (Lugones, 2014).

oficinas em escolas públicas de Fortaleza-CE com base na vivência em campo do projeto de pesquisa-extensão *Artes Insurgentes: coletivizando resistências*, durante o ano de 2021.

Método

Tipo de Estudo

O relato em questão encontra-se engajado na perspectiva teórico-metodológico da pesquisa-intervenção (PI), que referenda a construção desse estudo qualitativo de caráter participativo com secundaristas de quatro escolas públicas de ensino médio em Fortaleza (CE), estas localizadas mais especificamente no território do Grande Bom Jardim (GBJ). Adotamos a PI como modo de investigação, entendendo a inseparabilidade entre pesquisar-intervir e conhecer-transformar. Assim, a pesquisa aqui se faz sem distanciamento, produzimos dentro e fora das oficinas práticas compromissadas com insurgências ética-estéticas-políticas mergulhadas nas coletividades (Passos & Barros, 2009, p. 17). Este modo de fazer pesquisa possibilita que nossas percepções, atenções e ações de trabalho tenham como pauta uma construção coletiva e horizontalizada do conhecimento.

Por conta do avanço da pandemia por COVID-19, foi implementado no dia 16 de março de 2020, pelo Governo do Estado do Ceará, o decreto de Nº 33.510, de situação emergencial no estado, suspendendo as atividades presenciais em todas as instituições de ensino públicas, por um período de quinze dias. Fazendo com que houvesse um deslocamento das ações para os ambientes remotos, através do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's). Importante destacar que esse deslocamento foi impactado pela desigualdade social e pelo acesso limitado à internet, cuja maximização foi visível em estudantes e professores de populações socialmente vulneráveis (Miranda et al., 2022). As escolas foram deslocadas para a modalidade remota, assim como o projeto *Projeto Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências*, que nasce enquanto projeto no contexto da pandemia e em meio às atividades remotas, tendo o desafio de trabalhar processos de criação de ações de cultura artística de coletivos juvenis do/no Grande Bom Jardim (GBJ). A interrupção das atividades presenciais acabaram se

prorrogando, ocorrendo em todo o país e em boa parte do mundo. Em setembro de 2021, foi liberado o ensino presencial para as escolas públicas do estado cearense, mantendo ainda a opção do remoto para os estudantes que ainda o queriam, ou seja, foi adotado o modo híbrido (Ceará, 2021). Dessa forma, foram um total de seis oficinas, em quatro escolas envolvidas, sendo que parte já no contexto do retorno híbrido. Assim, duas ocorreram em modalidade presencial, e quatro em modalidade online, hibridizando tanto o método, quanto a temporalidade, o espaço e o uso do corpo.

Participantes e Local do Estudo

O campo de intervenção se localiza na região do Grande Bom Jardim, territorialidade periférica de Fortaleza formada por 5 bairros (Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira e Canindezinho). O Grande Bom Jardim consiste em uma área da cidade com elevadas taxas de concentração de pobreza, baixos indicadores sociais, a exemplo dos Índices de Desenvolvimento Humano muito inferiores à média. Importante destacar que, partimos do entendimento de territorialidades periféricas como localizações geopolíticas marginalizadas que produzem narrativas contra hegemônicas coletivas e de múltiplas vozes. Acreditamos em um território-vivo, em luta contra as lógicas impostas de pobreza, criminalização, desigualdade e outras violências. Assim, a experiência acontece nas margens, onde apostamos em narrativas contra hegemônicas, produzindo fissuras e rasgos nas identidades estereotipadas que concebem a periferia (Costa, Moura Júnior & Barros, 2020).

A pesquisa teve um público composto pela comunidade escolar. Participaram das oficinas mais de sessenta secundaristas e sete docentes sendo professoras e professores, além de oito pessoas da equipe do projeto *Artes Insurgente: Coletivizando Resistências* e quatro artistas/es/ que foram convidadas a potencializar a composição entre arte e gênero. As/es/os secundaristas que participaram da pesquisa eram, em sua maioria, mulheres cis, moradoras da região do GBJ, negras racializadas enquanto pardas, com faixa etária entre 16 e 18 anos. Já em relação às/aos professoras/es/os não é possível os caracterizá-los pois estas/es não responderam o formulário de participação/frequência onde foram obtidas estas informações.

Além disso, uma das ferramentas teórico-metodológicas do *Projeto Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências* é estar envolvido em mediar a relação coletivos e artistas com a tessitura escolar, fomentando espaços de discussão com arte na escola. Dessa forma, todas as oficinas foram pensadas, organizadas e compostas coletivamente com pelo menos uma artista, sendo estas mulheres cis, trans e travestis, melhor caracterizadas abaixo. Esse convite estético-político foi feito a partir do acompanhamento e contato com o trabalho e a militância destas no território do GBJ, já que todas participaram de coletivos/grupos parceiros do projeto. São elas a MC, jovem preta, periférica, dissidente, percussionista do Maracatu Nação Bom Jardim e do Brincantes Sonoros, integrante dos coletivos Jovens Agentes de Paz (JAP), preatarau e poetisa; a RV, jovem estudante de uma das escolas envolvidas no projeto, preta, periférica, integrante do coletivo Jovens Agentes de Paz (JAP), fotógrafa, produtora e poetisa; a JC, travesti, preta, periférica, integrante do coletivo Gueto Queen, brincante do Maracatu Nação Bom Jardim, produtora cultural e multiartista; a NA, jovem periférica, integrante do coletivo Ruela, educadora social no Centro Cultural Bom Jardim, arte educadora, produtora cultural e grafiteira. As falas das artistas durante as oficinas tinham como pontos geradores: “Como é ser uma mulher na cena artística” e “Como a partir da minha arte eu produzo resistência?”. Elegemos neste relato trazer narrativas entrelaçadas que envolvem tanto das/es/os secundaristas, das/es/os artistas convidadas, quanto das/es/os integrantes do projeto.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos que compuseram esta intervenção consistiram em oficinas formativas seguidas de diários de bordo. O uso de diários de bordo funcionou como estratégia de elaboração e atuação do/para/com o campo. Co-emergentemente com os acontecimentos da pesquisa era produzido uma escrita que tentasse narrar através de uma forma encarnada nossa implicação com os tensionamentos, afetos, questionamentos, surpresas, medos e alegrias. O companheirismo do bloco de notas, do caderno ou da ferramenta de escrita online rompe com os distanciamentos sujeito-objeto, produzindo uma escrita que jorre do corpo dos pesquisadores, tomamos assim o diário também como

um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa, enquanto uma conjugação de fluxos de agenciamentos coletivos (Medrado, Spink & Mélo, 2014)

Como dispositivo de intervenção, foram produzidas oficinas formativas que habitaram e construíram o território destas escolas de forma colaborativa, criativa e implicada com os sujeitos. A atuação com grupos surge como uma possibilidade metodológica coletiva que favorece as discussões e a produção cooperativa de uma ação político-crítica. Segundo Kastrup e Barros (2009), as oficinas de práticas artísticas têm como principal movimento-função de explicitação de linhas e forças, que acionam processos de modos de subjetivação. São espaços de aprendizagem inventivos de si e de mundos outros.

Em cada escola houve pelo menos um encontro. As quatro que ocorreram na modalidade online foram mediadas pela plataforma do *GoogleMeet* e tiveram uma duração de 50 minutos, com média de 15 secundaristas em cada oficina, totalizando 60 participantes. Primeiramente, houve um aquecimento com apresentação de músicas referentes à temática. No segundo momento houve a dinâmica de quebra-gelo e após a exposição coletiva e dinâmica sobre questões de gênero e feminismos, eram feitas perguntas disparadoras sobre feminismos, tais como: “Será que o feminismo é um movimento único?”; “Os movimentos feministas são anti-homens?”; “A pauta principal do feminismo é: mulheres tomem os lugares dos homens”; “Os homens podem contribuir com lutas feministas”; “Existe espaço para feminismos na escola utilizando um mural digital?”. No terceiro momento, houve falas estético-políticas das mulheridades-artistas convidadas, partindo de alguns direcionamentos: Como é ser uma mulher na cena artística? Como a partir da minha arte eu produzo resistência? Como a arte elabora essa produção de ser mulheridades⁸? E por último, o quarto momento contemplava a produção coletiva de uma materialidade a partir do eixo artístico trazido pelas convidadas.

⁸ O termo mulheridades é cunhado pela Teoria Cuir, visando a politização de dissidências sexuais e de gênero contra-hegemônicas e defendendo uma política das identidades não essencializadas, assim, evoca performances múltiplas, dissidentes e desobedientes de feminilidades, travestilidades e bixalidades, afirmando ser um campo de possibilidades e transgressões as características que constituem feminino, mulher e feminilidade. Utilizamos desse termo com a intencionalidade de insurgir corpos para além de um modelo cishétero-binário branco, a fim de radicalizar as multiplicidades do devir-mulher. Dessa forma, falar de mulheridades é falar de corporeidades profanas e subversivas que se compõem de forma fluida e plural nessas encruzilhadas existenciais.

Importante destacar o desafio em habitar esse território online, trazendo algumas dificuldades de radicalizar uma maneira implicada de pesquisar/fazer com as pessoas, sobretudo galgado no fazer artístico, devido às limitações dessa modalidade online. Com isso, passamos a tentar inovar nas estratégias metodológicas, adaptando-as para que provocassem interações nas oficinas. Além disso, uma outra questão foi a grande evasão escolar ocasionada pelos mais diferentes fatores, mas, principalmente, pelo contexto de aumento de vulnerabilização da população brasileira, sobretudo as de baixa renda, fazendo com que muitos jovens secundaristas tivessem que trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias, impossibilitando que estivessem na escola e continuassem a frequentar as aulas remotas. Outro agravante foi a dificuldade de acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos para o estudo em casa (KOHAN, 2020). Tais inquietações foram inscritas em nossos diários:

Chegaram mais estudantes, temos umas 15 pessoas na sala, a equipe em sua maioria. Nossa equipe é muito grande, mas só tinham 6 estudantes. Ainda bem que chegaram mais alguns estudantes, a sala não tá tão cheia, mas é assim mesmo com esse online, está todo mundo cansado, tanto nós como os estudantes (Diário de bordo, 2021).

Nas duas oficinas ocorridas na modalidade presencial, em momento de avanço do plano vacinal em Fortaleza, o tempo de duração por oficina foi em média 50 minutos e optamos por aproveitar o toque, o corpo e o movimento. Tivemos como participantes em média de 10 secundaristas em cada oficina, totalizando 20 participantes, funcionando da seguinte forma: 1) Reorganização coletiva das mesas e cadeiras em formato de círculo; 2) Apresentação do Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências e da convidada; 3) Produção de uma colagem com recortes de revistas a partir de 3 cartolinas colocadas no chão, uma azul simbolizando “coisas de menino”, uma rosa simbolizando “coisas de menina” e uma branca “coisas de todes”; 4) Discussão sobre a colagem produzida, com alguns apontamentos da mulheridade-artista convidada. Importante destacar, que as oficinas formativas tinham ferramentas de tecnologias leves na produção de dispositivos

grupais: problematização coletiva, escuta das experiências juvenis e fomento a expressões juvenis que apostem na inventividade (Costa et al, 2020).

Análise de Dados e Procedimentos Éticos

Após a execução dos encontros *onlines*, transcrevemos as oficinas formativas que foram gravadas e analisamos o material produzido, compondo os campos de análise, tanto os diários de bordo, quanto às transcrições das oficinas, as falas colocadas no chat do *Google Meet* e as materialidades produzidas. Desse modo, para nos auxiliar na discussão utilizamos a análise do discurso, que considera as forças e saberes que habitam o território e os modos de subjetivação envolvidos (Foucault, 2014). Que em nosso caso compreende as práticas que envolvem e são envolvidas pelas cenas enunciativas do trabalho, no caso as oficinas aqui discutidas. Assim, estas práticas discursivas e não-discursivas que são dizíveis e visíveis se colocam como acontecimentos-analisadores, isto é, feixes de memórias, dizeres, paisagens e os modos de ser. Esses acontecimentos-analisadores são entendidos como fenômeno político que nos convoca a tensionar aspectos cristalizados e naturalizados acerca dos fenômenos psicossociais (Miranda et al, 2020; Deleuze & Guattari, 1992). Assim, os modos de narrar aqui partirão de cenas emblemáticas que abordam não somente o tema proposto na oficina, mas também os aspectos psicossociais da violência enunciados sobre violências sofridas pelos participantes, sendo assim entendidos, também, como analisadores. Esses analisadores funcionam como pontos de criação de sentido e não reflexo de uma realidade que está posta (Rocha & Aguiar, 2003).

Quanto às considerações éticas, importante ressaltar que a presente pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, sob o parecer de nº 4.470.814, fazendo parte do projeto guarda-chuva "Cartografia de práticas culturais periféricas do cotidiano de coletivos juvenis na cidade de Fortaleza", encontrando-se de acordo com as exigências relativas aos princípios éticos a serem observados na realização de pesquisas da área. E, com o objetivo de manter a privacidade e anonimato dos participantes da pesquisa, todos os nomes das/dos secundaristas utilizados são fictícios.

Resultados e Discussão

Nas oficinas formativas, a frequência de aparição de determinado aspecto chamou atenção: Em todas as 6, tiveram pelo menos um relato tanto de estudantes quanto de artistas mulheres cis/trans sobre violência, seja física, sexuais, morais e/ou psicológicos. Para efeitos elucidativos, elegemos violência de gênero para nos referir às diversas violências que nos foram relatadas nas oficinas, por ela abranger diferentes modalidades de violência (institucional, material, simbólica, estrutural, física, etc.). A violência de gênero, segundo Saffioti (2001), configura-se como ato ou efeito de agressão interpelada pelos signos e dimensões culturais que estruturam o gênero em nossa sociedade. O gênero enquanto uma tecnologia de controle, busca regular e disciplinar subjetividades, afetando sobretudo corpos que não estão de acordo com estas normativas (Foucault, 2005).

Para além do fator quantitativo, a violência de gênero expressou-se também como uma intensidade referindo-se a um processo com elevado grau de potência e forças, com uma pungência disruptora (Deleuze, 1968). Dessa forma, o primeiro analisador sobre estas violências que atravessam esses corpos partiu do acontecimento do #Exposedfortal. O movimento *#Exposed* surge nos Estados Unidos para indicar algo que permanecia oculto e precisava ser exposto. No Brasil, mais precisamente na capital cearense, no ano de 2020, por volta do mês de maio, em pleno isolamento social pela pandemia por Covid-19, o movimento se destacou como instrumento de “quebra do silêncio”, por assim dizer, de casos reiterados, continuados, omitidos e impunes de assédio sexual perpetrados por docentes contra alunas no contexto da sala de aula. O movimento ganhou força nas redes sociais como *Twitter* e *Instagram*, com denúncias associada à relatos e imagens comprobatórias desde insinuações sexuais, piadas de duplo sentido, mensagens indecentes em aplicativos de mensagens, até o toque não autorizado em seus corpos e as tentativas de estupro, com muitos casos de estupro consumado.

Esse movimento insurgente pelas estudantes trouxe à tona algo que, infelizmente, sempre aconteceu na educação brasileira e que permaneceu velado por muito tempo, só que agora, não mais. A partir de uma estrutura misógina e cis-hétero-patriarcal, a instituição escolar emerge como um espaço de violência, onde há corpos colocados em uma condição tamanha de precarização, em que são mais expostos à violência e menos asseguradas de proteção e vidas mais plenas e vivíveis (Butler, 2016). Um ano depois do

#Exposedfortal, esse rasgo daquilo que permanecia oculto, ainda é colocado em questão e suas reverberações ainda sentidas. Por estarmos nas quatro paredes, seja *online* ou presencial do tecido escolar, os relatos de abuso ainda foram muito recorrentes e transbordaram nas oficinas ao discutirmos sobre gênero e feminismos. O assédio verbal no contexto de uma das oficinas, por exemplo, foi combatido fazendo um uso afirmativo-crítico num dos termos que normalmente tentam objetificar o corpo feminino. Segue abaixo um trecho de um poema escrito pela artista-convidada e secundarista RV sobre o termo “gostosa”:

O que é uma mulher gostosa? Uma mulher gostosa não é uma mulher feita de curvas, bumbum e peito, e sim a mulher que ao olhar para vocês, verás brilho e alegria em seus olhos. É a mulher que o sorriso te leva para o céu sem ao menos você está morto. A mulher gostosa é uma mulher que com sua gargalhada te faz tão feliz que parece que no mundo nunca houve tristeza! (Diário de bordo, 2021).

Este poema foi apresentado em uma das oficinas pela artista-convidada RV, que também é estudante de uma das quatro escolas em que o projeto se realiza. Esta forma possível de reagir a violência foi evidenciada a partir de vários relatos de abuso que ocorreram, durante a época do *#Exposedfortal*, sobre assédios sofridos por algumas secundaristas que diariamente escutavam esse termo. Algumas falas transcritas do chat do *Meet* e acrescentadas em diário de bordo corroboram como o espraiamento de diferentes modos de assédio em que mulheres são cotidianamente submetidas: "Isso é péssimo mesmo. Eu já fui assediada por 3 pessoas" (Diário de bordo, 2021) e “Domingo passado, eu e uma amiga minha fomos assediadas na igreja, fomos alertadas por nossos amigos que viram” (Diário de bordo, 2021).

Entretanto, além dos relatos sobre abusos acontecidos nas instituições escolares, as histórias perpassaram contextos e espacialidades como igreja, casa, travessias e deslocamentos pelas vias urbanas. A violência apareceu tão cotidianamente, não por acaso, como andar nas ruas. Speck (2016) descreve que a caminhabilidade é uma prática social produzida que permite ou obstaculiza o direito de caminhar, ou seja, de ir e vir no território, e sobretudo, de ocupar a via pública das ruas, e cuja intervenção se aplica de diferentes formas nos corpos da cidade. Assim, nas oficinas que ocorreram de forma presencial, antes mesmo de adentrarmos as quatro paredes da sala-de-aula, questões sobre

nossas próprias caminhabilidades na rua de corpos desviantes e dissidentes de gênero e sexualidade, foram destacadas em diário de campo:

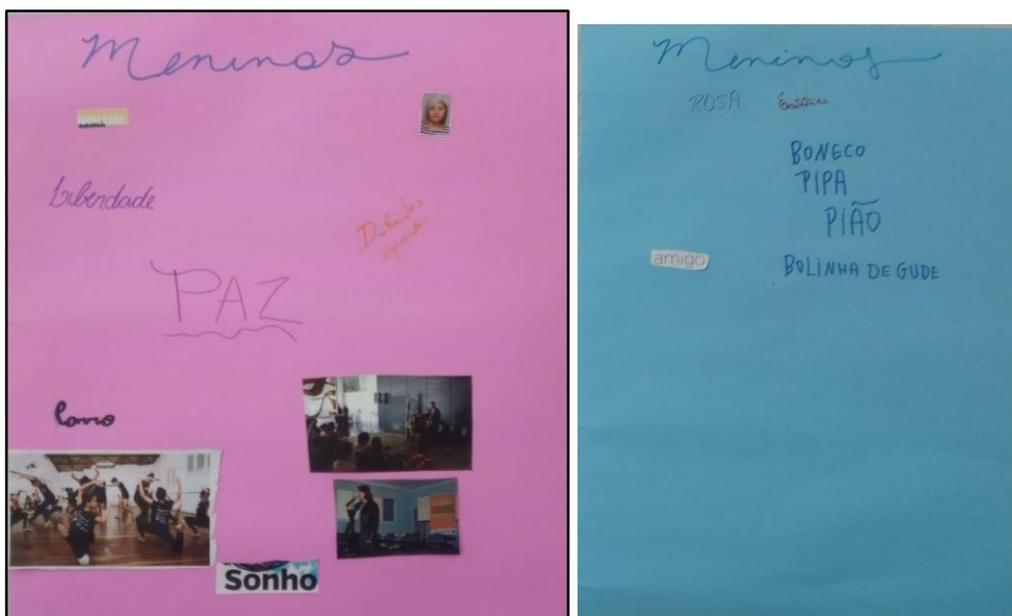
Quando chegamos pedi logo o uber para a JC apesar dela morar relativamente próximo a escola, precisamos nos manter seguras em um território de constantes disputas e violências principalmente a um corpo travesti negra. Foi importante darmos subsídio para sua travessia, para sua chegada e saída, queremos nos manter seguras (Diário de bordo, 22/09/2021).

Segundo o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras, feito em 2020 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil é o país mais mata pessoas trans e travestis no mundo, como também o país que mais mata LGBTQIAP+ (Cerqueira, et al., 2022). Estes dados de mortalidade põem em xeque os processos de vulnerabilização aos corpos feminilizados e afeminados, como as mulheres cis, bixas, travestis e outras corporeidade marcadas como femininas são assim, passíveis à violência.

Uma das estratégias metodológicas das oficinas constituiu na produção de colagens em cartolinas, do que era “Coisas de menino” numa cartolina azul, “Coisas de Menina” numa cartolina rosa e “Coisas dos dois” numa cartolina branca, JC (artista convidada) jogou para a roda de estudantes: e a rua? vocês acham que a rua é um lugar para homem, para mulher ou para os dois? e pela primeira vez naquela turma uma estudante falou: “a rua é uma lugar horrível para as mulheres, você não pode andar sem sofrer assédio, tem que prestar atenção, você não tem um dia de paz, por isso eu coloquei paz no cartaz rosa porque é o que queremos” (Discurso de uma estudante registrado em Diário de bordo, 2021).

Figura 1

Cartaz rosa e azul confeccionado durante a oficina pelos/pelas secundaristas.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2021).

O que seriam “coisas de meninas”? O que poderia ser colocado na cartolina rosa? Aqui, nós queremos sonhos, liberdade e paz. Algo que não deveria ser apenas um sonho, mas um fato concreto na sociedade. Contudo, ao contrário disso, a violência de gênero vivida é apontada por uma secundarista que foi transcrita do *chat online* e acrescentado ao diário de bordo da pesquisa: “Na rua é horrível, até com a minha mãe eu sofro assédio” (Diário de bordo, 2021).

Segundo a pesquisa “Percepções sobre segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade”, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva em outubro de 2021, 81% das mulheres já sofreram violência nos seus deslocamentos pela cidade (Barros, Clavelin & Sintoni, 2021). As falas acima são de diferentes corpos de enunciação que compartilham uma experiência em comum, a caminhabilidade pelas ruas e seu entrelaçamento com a violência. Logo, deslocamentos seguros e tranquilos pelo *mei da rua* são privilégios sociais a determinados andantes (Gomes filho et al, 2021). A fala da convidada RV também expressa sobre essa caminhabilidade:

Sobre esse *mei da rua*, né? A gente não pode sair de casa, tem que pensar exatamente qual roupa que a gente vai usar. Não pode acordar e sair, tem que estar sempre pensando em cada detalhe, né? E aí essa é a questão, a gente sai no meio da rua com roupa curta e é como se a gente desse cabimento, tipo ei olha para o

meu corpo, eu tô querendo mostrar, olha. É como se eu quisesse fazer isso ei moço me assedia... Não, gente, não é isso! Eu tô querendo me sentir confortável comigo mesmo e com o que eu vou vestir, eu não quero agradar ninguém, eu quero me satisfazer com a minha roupa (Diário de bordo, 12/08/2021).

Estas diferentes formas de ser afetado nas travessias pelas vias urbanas são estruturadas pelos marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade, ou seja, corpos dissidentes e marginalizados das normas hegemônicas vigentes estão mais suscetíveis a ter suas travessias interrompidas, desviadas ou brutalmente finalizadas antes do seu destino final. Isso se deve às estruturas hegemônicas do patriarcado performado pelo machismo, cisbinariedade, misoginia, sexismo, e dentre outras formas de opressão em torno do gênero e das sexualidades (Lorde, 2019).

Este direito de ir e vir na cidade, como também o direito de habitar o território da escola, coloca em questão se estes espaços e tantos outros foram feitos para corpos feminilizados. A partir destas normativas culturais de gênero, foi desenvolvido referências do masculino e feminino nos campos privado e público, sendo assim, o espaço doméstico, com os cuidados do lar e dos filhos é definido como natural para o feminino e, ao masculino, é dado como sujeito de direito ao espaço público, aos locais de trabalho e estudo. Logo, as tessituras educacionais, como as escolas, tal qual as vias urbanas, não foram feitas para caber nossos corpos. (Gomes Filho, Lavor Filho & Nunes, 2021). O trecho do diário de campo abaixo, da artista NA, durante uma das oficinas, faz referência ao seu contexto de constantes violações fazendo arte na rua, sendo uma mulher:

No início você andar na rua, você já se expõe no momento que você sai de casa, imagina você pintando, gente, o tanto de grito que eu já recebi (...) E eu sei porque eu já sei que é algo direcionado, porque todas as vezes que eu tô com os meninos, a violência sempre bate primeiro em mim (Diário de bordo, 15/09/2021).

No entanto, podemos perceber que em certa instância chega em todos os corpos, seja os corpos masculinos ou femininos, principalmente, por estes estarem geolocalizados em um território periférico. Nas oficinas a rua também apareceu como perigosa para os meninos, mas em outra dimensão, sobretudo dos "baculejos" da polícia e por caso dos territórios faccionados. Como é bem sabido, o extermínio de segmentos infantojuvenis nas periferias de Fortaleza expressa a necropolítica cotidiana neste não-

lugar. Escancarando uma política de produção, gestão e instrumentalização da morte de existências consideradas indesejadas e supérfluas no contexto neoliberal (Mbembe, 2018). A partir de uma lógica estrutural colonial, a necropolítica atua ficcionalizando inimigos e naturalizando estados de exceção permanentes que criam verdadeiras zonas de morte e corpos matáveis. Como aponta o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, mostrando que o Bom Jardim, um dos bairros que compõe o GBJ, é o território com o maior número de adolescentes assassinados em Fortaleza, maximizando a precarização da vida e autorizando a morte de existências descartabilizadas (COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NO CEARÁ, 2018; Costa et al, 2020). Entretanto, mesmo sabendo que a violência atravessa os nossos corpos de alguma forma, N.A relata que a violência de gênero bate primeiro na mulher por ser um corpo atravessado por múltiplos marcadores identitários e sobretudo o de gênero, em suas palavras “em mim primeiro” (Diário de bordo, 2021).

Outro aspecto da violência que pudemos perceber, foi que durante as oficinas que ocorreram na modalidade presencial as estudantes que estavam presentes permanecem muito silenciosas:

Quase nenhuma falava, só no final uma falou sobre assédio. JC falou que mesmo sendo um assunto que as mulheres vivenciam na carne, as relações de poder ainda se inscrevem na sala de aula, onde os homens falam até mais que mulheres, mesmo que seja sobre feminismos, não que não seja uma discussão para eles, mas parecia que as meninas não estavam à vontade (Diário de bordo, 12/08/2021).

Alguns pontos podem ser levados em consideração para pensarmos sobre esse silenciamento das adolescentes, a saber: o fato de ter homens na oficina, ou seja, destas não se sentirem totalmente confortáveis em falar sobre o tema diante da figura masculina presente, figura essa que pode reforçar o local como não seguro, afinal qualquer fala delas podem ser mal interpretada pelos mesmos e divulgada entre seus pares. Além disso, essa presença pode reforçar padrões violentos de silenciamento que são impostos pelo sistema patriarcalista, sobretudo em mulheres negras, ao pensarmos na violência racializada (Ribeiro, 2018).

Assim, esse “protagonismo” dos homens presentes elucidada como a sala de aula tem sido por muitas vezes um lugar que ecoa primordialmente vozes de corpos

masculinos hegemônicos patriarcal. Como é bem sabido, a escola se caracteriza enquanto uma instituição normativa inscrita num emaranhado de redes de poder, produzindo discursos reguladores, processos de normatização e hierarquias de gênero (Louro, 2013). Seguindo em conformidade com padrões normativos cis-hétero-binário-patriarcal, instituem, por meio de códigos e representações culturais, o modo adequado, normal e legítimo de masculinidade e feminilidade. Contudo, para que seja possível manter os padrões estabelecidos de acordo com Louro (2013) é preciso que as disciplinas, as normas, as formas de avaliação, os materiais didáticos e a linguagem se componham em instâncias que produzem as desigualdades de gênero, podendo incentivar, evidenciar e legitimar as vozes que estejam no topo dessa lógica.

Considerações finais

Mediante a este cenário de constantes violações, durante as oficinas formativas, pudemos traçar coletivamente fissuras e aberturas aos devires, às linhas de fuga, que apareceram como um elemento diferencial que provoca rasgos no circuito desejante instituído. Estas fendas e rachaduras produziram a própria ruptura da estereotipia, processos de desterritorialização e descodificação. Crise e movimentação que ajudaram a incitar produção de linhas para a construção de um novo circuito desejante. Assim, juntas/es/os construímos formas de confronto e proteção, minando coletivamente caminhos a outros possíveis, tais como abordadas neste trecho do diário de campo, que consta com uma fala da artista NA:

É uma luta constante, então a gente precisa sempre dizer, olha aqui você não pode mais mexer, aqui você não pode mais maltratar, nem desrespeitar, se você mexer nisso aqui se você mexer nessa coletividade com essas mulheres as coisas não vão ficar legais pra você! Então às vezes a gente precisa ter essa postura mesmo de proteção, né? E a gente precisa que homens e mulheres possam fazer essa redoma esse espaço de proteção para que as mulheres tenham a possibilidade de produzir e de existir (Diário de bordo, 2021).

Desse modo, as oficinas relatadas neste escrito demonstraram ser uma possibilidade de enunciação mediante tantas vivências, que incidem no território como

um todo, mas em corpos femininos e feminilizados batem primeiro. Além disso, podemos experimentar formas de se estar junto e a criação de uma rede de proteção coletiva.

Referências

- Barros, E., Clavelin, I. & Sintoni, G. (2021). 81% das mulheres já sofreram violência em seus deslocamentos pela cidade. *Agência Patrícia Galvão*. 15 out. 2021. Recuperado de <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/81-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-em-seus-deslocamentos/>
- Butler, J. (2019). *Corpos que importam*. São Paulo: N-1.
- Butler, J. (2018) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cerqueira, D. et al. (2022). *Atlas da violência 2019*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum de Segurança Pública, 2018. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>
- Comitê cearense pela prevenção de homicídios na adolescência - CCPHA. (2020). *Cada vida importa: relatório de julho a dezembro de 2019 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência*. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará: Fortaleza.
- Costa, A. F. et al. (2020). Re-existências decoloniais frente às violências: experiências extensionistas em periferias fortalezenses. *Revista Extensão em Ação*, 19(1), 53-66. Recuperado de <http://periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/40151>
- Costa, E. A. G. A., Moura Júnior, J. F. & Barros, J. P. P. (2020). Pesquisar n(as) Margens: Especificidades da Pesquisa em Contextos Periféricos. In: Cerqueira-Santos, E. & Araújo, L. F. DE. (Orgs.). *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social*. Teresina: EDUFPI. pp. 13-31.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Deleuze, G. (1968). *Diferença e Repetição*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34.

- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2001). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24. ed. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2005). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, Rio de Janeiro, Editora Graal.
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso*. Loyola.
- Garraio, J. & Toldy, T (2020). “Ideologia de gênero: origem e disseminação de um discurso antifeminista. *Mandrágora*, v.26, n. 1, 2020, p. 129-155.
- Gomes Filho, A. S., Lima, A. A.S., Silva, A. M. P., Nunes, L. F. & Lavor Filho, T. L. (2021). E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. *Rev. Sociologias Plurais*, 7(1), 276-297. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/79174>
- Gomes Filho, A. S., Nunes, L. F. & Lavor Filho, T. L. (2021). A escrevivência do corpo na composição experiências dissidentes de gênero decoloniais. *Revista Bagoas*. 14(22), 123-154. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/download/22850/14391/>
- Gonzalez, Lélia. (1988). “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Brasileiro* (Rio de Janeiro), n. 92/93 (jan./ jun.): 69–82.
- Kastrup, V., Barros, R. B. (2009). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Ed. 1. 6ª Reimpressão. Porto Alegre: Sulina. pp. 76-91.
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider*. (tradução Stephanie Borges). Belo Horizonte. Autêntica Editora.
- Louro, G. L. (2013). Pedagogias da Sexualidade. In: Louro, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (7-34). 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora
- Lugones, M. (2008, Julio/diciembre). Colonialidad y género. *Revista Tabula Rasa*, 9, 73-101. <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>.
- Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun.

- Marx, K. & Engels, F. (1997). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições.
- Medrado, B., Spink, M. J. & Mélo, R. P. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: Spink, M. J. P., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V. & Cordeiro, M. P. (Orgs.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. (274-294). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Miranda, L. L. et al. (2020). Como quebrar os padrões sociais?: o racismo no cotidiano de jovens pesquisadores. *Psicologia Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-16. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230089>
- Reis, T. & Eggert, E. (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre planos de educação brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das letras.
- Rocha, M. L. & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a Produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 1(16), 115-136.
- Speck, J. (2016). *Cidade caminhável*. São Paulo: Perspectiva.